



POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA: EIXO JUDICIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS

JOÃO ALBERTO VIEIRA QUINCOZES

Introdução: A Residência Multiprofissional da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM oportuniza aos estudantes a participarem de eventos que coincida com o cronograma das atividades práticas, teóricas-práticas e teóricas. Nesse sentido, houve a participação no evento Oficina para Construção das Diretrizes da Política Estadual de Assistência Farmacêutica - PEAf. **Objetivos:** Expor a experiência de um Residente Farmacêutico da UFSM na participação do evento da elaboração da PEAf, com ênfase no tema judicialização de medicamentos. **Relato de experiência:** Durante três dias, de 25 a 27 de maio de 2022, houve a participação no evento Oficina para Construção das Diretrizes da PEAf, de forma presencial, em Porto Alegre, nos grupos temáticos "Assistência Farmacêutica", "Cuidado Farmacêutico", "Regionalização e Redes" e "Judicialização". Na Oficina foram definidas diretrizes através de um debate coletivo sobre as ações da política que haviam sido recebidas por Consulta Pública. No eixo que envolve a judicialização de medicamentos foram aprovadas por votação sete diretrizes através de 58 contribuições da Consulta Pública. **Discussão:** houve discussões e defesas de diretrizes criadas que envolveram várias votações de todos para aprovação, sendo um momento histórico e importante para o fortalecimento da Assistência Farmacêutica do Rio Grande do Sul. No eixo judicialização de medicamentos e de fórmulas nutricionais a PEAf institui algumas diretrizes tais como: o fomento à ampliação, qualificação e difusão de informações sobre medicamentos e fórmulas nutricionais prescritos de forma a subsidiar na tomada de decisões; incentivo à promoção de estratégias interinstitucionais que fomentem a utilização de Protocolos Clínicos do SUS e que fortaleçam a prescrição de medicamentos e de fórmulas nutricionais padronizados nas listas oficiais do SUS; fomento à avaliação técnica e periódica de solicitações em busca de alternativas terapêuticas previstas nas listas oficiais do SUS, entre outras. **Conclusão:** Ao refletir sobre a experiência na Oficina destaca-se que é importante o acesso aos medicamentos de qualidade, seguros, eficazes, com uso racional e ao mesmo tempo oferecer alternativas terapêuticas presentes nas listas oficiais do SUS e que já se encontram em farmácias públicas, tendo em vista a necessidade de redução da judicialização em saúde.

Palavras-chave: Política, Medicamentos, Judicialização, Diretrizes, Oficina.